



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682046 - SP (2021/0230460-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TALES RODRIGUES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TALES RODRIGUES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC Agravo de Execução Penal n. 0001940-06.2021.8.26.0344).

O paciente cumpre pena de 14 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do delito tipificado no art. 33, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta a impetrante a "inexistência de dispositivo legal que determine interrupção do lapso temporal para a concessão do livramento condicional, conforme se verifica dos dispositivos legais que regulamentam a concessão do benefício (art. 131 da Lei de Execuções Penais e art. 83 do Código Penal)." (fl.4)

Requer, liminarmente e no mérito, a a concessão da ordem, para "efeitos do reconhecimento judicial da falta grave praticada pelo paciente no tocante à interrupção do lapso temporal necessários para obtenção do livramento condicional." (fl. 9)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê do seguinte excerto do acórdão:

No que toca à interrupção do lapso para obtenção de benefícios, cabem as seguintes considerações.
Dispõe o art. 118, I, da Lei de Execução Penal, que a execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência a qualquer dos regimes mais rigorosos,

quando o reeducando praticar falta disciplinar de natureza grave. Para elucidar melhor a questão, tem-se o exemplo do sentenciado que cumpre penas no regime prisional menos rigoroso, como o semiaberto, e comete falta disciplinar de natureza gravem como no caos dos autos.

Nesse caso, o apenado é regredido ao regime fechado, conforme expresso no art. 118 da Lei n.º 7.210/84, nos termos do art. 112 da mesma lei, precisará cumprir 1/6 ou 2/5 ou 3/5, conforme o caso do remanescente das suas penas no regime mais gravoso para o preenchimento do requisito objetivo necessário para pleitear nova progressão. Ou seja, além da regressão de regime prisional, há o reinício do lapso temporal para a concessão de benefícios.

Ao sentenciado que cumpre penas no regime fechado não é possível a regressão a regime mais gravoso. Não quis, contudo, a lei, premiar o apenado que cumpre penas no regime fechado, fazendo com que os reflexos da prática disciplinar de natureza grave incidissem de maneira mais tênue.

Deve-se, portanto, na impossibilidade da regressão do sentenciado a regime mais severo que o fechado, da mesma maneira que acontece ao apenado que goza de regime mais brando e pratica falta disciplinar de natureza grave, reiniciar o lapso temporal para a concessão dos benefícios, em analogia ao art. 127 da Lei de Execução Penal, determinando-se o reinício do período aquisitivo a partir da falta disciplinar, não somente para fins de remição, como também progressão de regime.

[...]

De rigor aludir-se ao art. 127 da Lei de Execuções Penais, como determinante do reinício da contagem dos prazos para concessão de benefícios, raciocínio com o qual se comunga, como dito alhures, apesar de a Lei de Execução Penal não ser clara a respeito.

Explica-se. É que a aludida interrupção é consequência da interpretação teleológica da lei, que deve prevalecer sobre a interpretação gramatical ou lacuna, como no caso.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

[...]

No mais, considerando-se a citada ratio legis, a Lei de Execução Penal traz em seu art. 1º como objetivo, “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Não faria sentido proceder diversamente do entendimento em questão, sem o reinício do período aquisitivo, já que o sentenciado que pratica falta disciplinar de natureza grave não está suficientemente comprometido com sua reinserção social, sendo imperioso que permaneça por mais tempo no cárcere para assimilar a terapêutica prisional, até para que aconteça a necessária individualização da pena em sede de execução.

Em arremate, referido efeito é textualmente previsto no art. 112, §6º, da Lei de Execução Penal, assim como também na súmula nº 534, do Superior Tribunal de Justiça.

Pois bem, estabelecida essa premissa, de que a prática de falta

disciplinar de natureza grave interrompe a aquisição de lapso para a progressão de regime, insta registrar que, em análise acurada da problemática, à luz da razoabilidade e do princípio da individualização da pena, verificou-se que, verifica-se inexistir diferença essencial entre o livramento condicional e o regime prisional, razão pela qual não se afigura razoável que a prática de falta grave interrompa o período aquisitivo para a progressão de regime, mas não tenha a mesma repercussão para o livramento condicional, permitindo-se a situação de um sentenciado que, praticando a falta, não possa progredir do regime fechado para o semiaberto, mas, por não ter o lapso interrompido, possa gozar de livramento condicional, benefício este mais amplo que aquele.

[...]

Diante das considerações acima exaradas, tem-se que a prática de falta disciplinar de natureza grave interrompe o lapso para a obtenção da progressão de regime e do livramento condicional, ressalvando-se apenas a o indulto e a comutação de penas, à ausência de previsão legal e diante da Competência do Presidente da República para suas concessões.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência